RELATÓRIO ESPECIAL

América Latina: reformas estruturais diante de uma mudança de ciclo econômico

Madrid, abril 2015

d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

BARCELONA | BOGOTÁ | BUENOS AIRES | LIMA | LISBOA | MADRID | MÉXICO | PANAMÁ | QUITO | RIO J | SÃO PAULO | SANTIAGO | STO DOMINGO

1. INTRODUÇÃO
2. OS SINTOMAS DE UMA MUDANÇA DE CICLO
3. UM NOVO CICLO REFORMISTA
4. CONCLUSÕES

1. INTRODUÇÃO

"Terminou a festa de altos preços do petróleo e baixas taxas de juros. Estamos entrando uma tempestade do ponto de vista econômico... Além da queda petrolífera, os Estados Unidos aumentarão em breve suas taxas de juros. Neste contexto, todas as moedas, até as dos países desenvolvidos, estão se enfraquecendo em relação ao dólar... Não há dúvida: virão épocas difíceis, de grande volatilidade, de duros ajustes, nas quais as economias emergentes... deverão se diferenciar umas das outras a fim de sair o mais rápido e o menos feridas possível da turbulência internacional".

Este texto escrito por Leo Zuckermann, analista do jornal mexicano Excelsior, não vai além de pôr em preto no branco uma sensação que vai se estendendo progressivamente pela América Latina. Assistimos a uma mudança de ciclo, a um final de época perante a qual os países latino-americanos devem reagir para adaptar suas economias aos novos cenários mundial e regional. Os sinais de arrefecimento e desaceleração são muito óbvios, provocados pelos menores preços das matérias-primas, causados principalmente pela desaceleração econômica da China, o encarecimento do financiamento externo e perspectivas de menores entradas de capital. Tudo isso, junto com os próprios problemas estruturais das economias latino-americanas e a mudança mundial que está ocorrendo quanto à transferência da riqueza do Atlântico para o Pacífico, obriga os países da região a realizar profundas reformas para não ficarem atrasados diante da emergência de outras regiões, como a África Subsaariana e muitos países da Ásia, nem perder terreno na redução da pobreza e da desigualdade.

Na realidade, a América Latina não está atravessando uma fase inédita, mas passa por uma experiência que, com seus matizes e características específicos, já aconteceu antes. Historicamente, a alta dos preços internacionais das commodities que a região exporta costumava provocar o início de um "círculo virtuoso" no qual aumentavam as receitas e diminuíam os déficits comerciais, que se transformavam em superávits. Os Estados obtinham, desta forma, maior capacidade financeira graças a essas novas receitas e aumentavam os gastos públicos. Nessa linha, o economista argentino Ricardo Arriazu destaca que se inicia assim "uma segunda etapa na qual aumenta a demanda (e a produção) de outros setores que não foram beneficiados inicialmente pela elevação dos preços (construção, automotivos e fabricantes de máquinas agrícolas no caso argentino), e aumentam os empregos e os salários ao subirem a produção; nesta etapa, o setor público volta a se beneficiar com um novo aumento da arrecadação, e começam a crescer as importações. Na terceira etapa, o processo se acentua pela entrada de capitais, atraídos pelo maior crescimento econômico e pelas melhoras nas contas fiscais e externas. Nesta etapa, os gastos públicos se expandem rapidamente porque os governos

se sentem confiantes pelas melhoras na arrecadação, e alguns países deixam suas moedas se valorizarem pelo grande aumento de suas reservas". A bonança acaba quando os preços internacionais começam a cair e os incrementos dos gastos públicos e privados se traduzem em uma deterioração das contas fiscais internas e os equilíbrios externos, além de uma queda nos investimentos externos.

Efetivamente, a história da América Latina é uma sucessão de crises profundas, seguidas de fortes ajustes que antecedem a bonanças vinculadas aos altos preços das matérias-primas, acompanhadas de "bolhas" especulativas que acabam explodindo no meio de escândalos de corrupção e deslegitimação do Estado. Após o traumático início do século XIX (1810-1850), os Estados latino-americanos foram se firmando, e a economia, se desenvolvendo, apoiada em um auge do comércio internacional e nos vínculos com uma Europa Ocidental que demandava os produtos de exportação latino-americanos para sua crescente produção industrial e o aumento populacional. A crise de 29 obrigou a região a se reinventar pela primeira vez e apostar na Industrialização, por Substituição de Importações, que foi acompanhada por toda uma produção acadêmica que lhe dava respaldo intelectual (o pensamento cepalino de Raúl Prebisch).

O novo sistema se sustentou graças ao auge do pós-guerra mundial e na abundância de petrodólares nos anos 70. Mas o excessivo endividamento, a queda dos preços do petróleo e as falências estruturais das economias regionais (elevados déficits e inflação) deixaram a região em outra crise profunda, a "Década Perdida" dos anos 80, por causa da qual de novo a América Latina teve que se reinventar. A aposta nas reformas de cunho "neoliberal" (o Consenso de Washington), na abertura ao exterior, na redução das tarifas, no estímulo ao comércio, na redução da inflação e dos déficits (via redução do tamanho do Estado mediante privatizações) permitiu que a região chegasse preparada (com os "deveres feitos") para poder se aproveitar e se fortalecer durante a bonança da "Década Dourada" (2003-2013). Primeiro, durante um sexênio virtuoso (2003-2008) ao qual se seguiu, após a queda de 2009, um novo período de crescimento apesar das turbulências internacionais (2010-2013). Como lembra Rebeca Grynspan, atual Secretaria-Geral Ibero-Americana, "nos últimos 10 anos mais de 50 milhões de pessoas saíram da pobreza. A maior parte se beneficiou do dinamismo do mercado de trabalho –particularmente em remunerações de homens de 25 a 49 anos de idade, em áreas urbanas, nos setores de serviços da região– e em menor medida por transferências sociais e o dividendo demográfico". Nestes anos, um conjunto de políticas econômicas e financeiras sólidas, junto com o vento a favor do "superciclo" das matérias-primas, permitiram que a América Latina crescesse a uma média de 4,2% desde 2003.

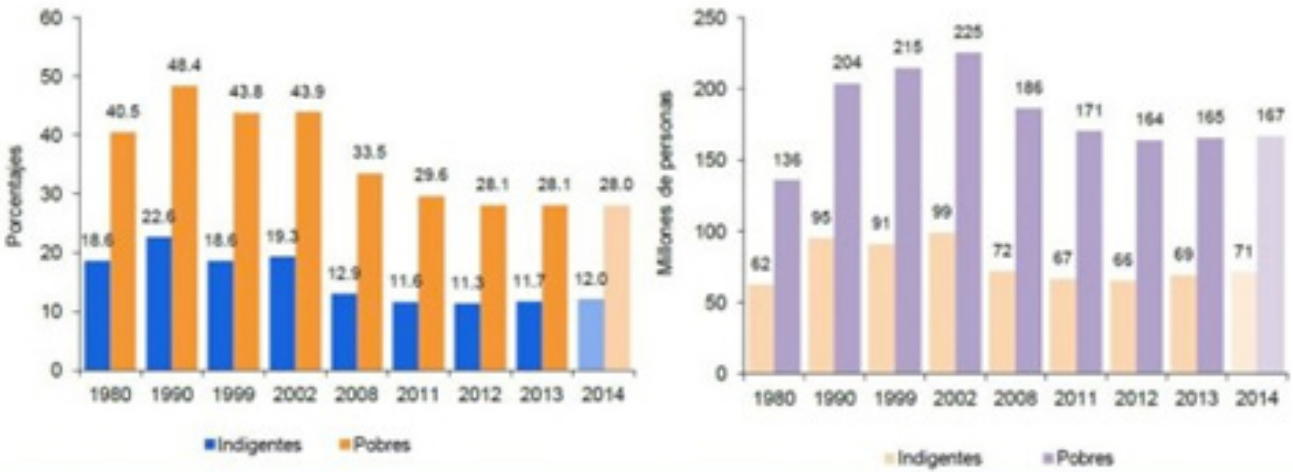
No entanto, desde 2014, o vento já não sopra a favor com tanta força, e o desenvolvimento acumulado nos anos de bonança chegou ao teto pois os desafios da região são outros, mais centrados na elucidação das "armadilhas dos países de renda média". A bonança de 2003-2013 impediu que se visse mais claramente os problemas estruturais da região. Ao contrário do que ocorreu nos anos 80 e 90, a América Latina não fez os deveres achando que o auge os regularia por si sós, e nesta segunda metade da década atual resta construir economias mais diversificadas, competitivas e produtivas, que apostem na inovação e no investimento em capital humano e físico para continuar avançando na diminuição da pobreza, da miséria e da desigualdade.

2. OS SINTOMAS DE UMA MUDANÇA DE CICLO

A América Latina vive neste momento muito mais do que uma mudança de ciclo, atravessa uma mudança de época. A "Década Dourada" (2003-2013) trouxe um tempo de bonança exportadora para a região apoiada em abordagens ortodoxas em matéria macroeconômica e em reformas prévias, realizadas nos 80 e 90, que outorgaram racionalidade econômica à região quanto a controle da inflação, diminuição dos déficits fiscais e comerciais assim como o redimensionamento do aparelho do Estado. Essa época já é história, e agora novos desafios surgiram para as economias latino-americanas, que devem encarar um tempo novo de reformas estruturais para se adaptarem a um mundo mais competitivo e com níveis de crescimento menores e mais voláteis e onde as commodities não vão ser as únicas nem as principais locomotivas do crescimento.

É indubitável que a América Latina saiu fortalecida desses anos de bonança, embora não seja menos certo que todo o impulso

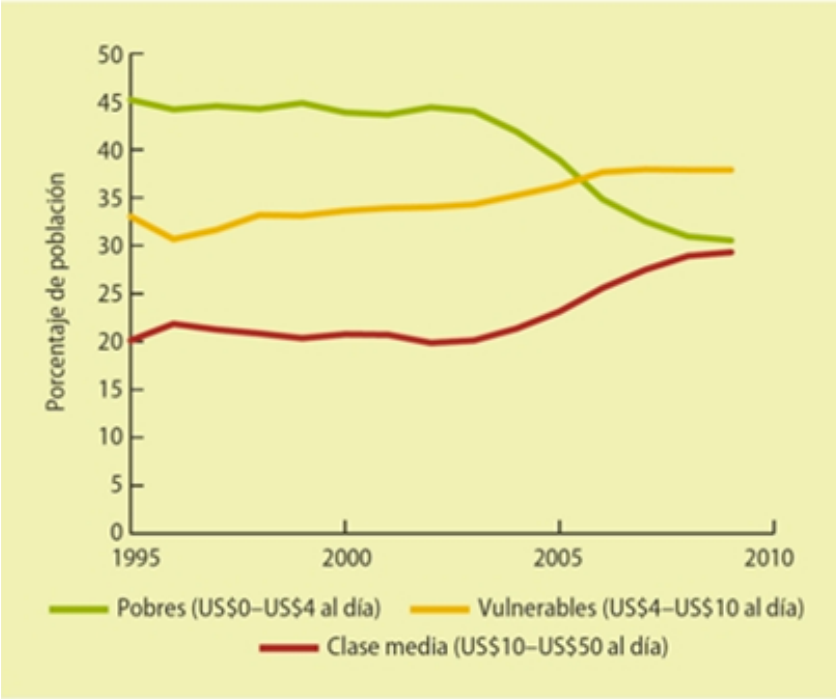
América Latina: evolução da pobreza e da miséria, 1980-2014 (Em porcentagens e milhões de pessoas)



Fonte: diario El País

reformista que existiu nos anos 80/90 tenha se perdido na última década e meia. Também é verdade que a América Latina enfrenta esta nova mudança de ciclo muito mais forte que nos anos 80 porque da "Década Perda" (1982-1989) à atualidade, a região conseguiu diminuir sua dívida, fortaleceu a capitalização do sistema financeiro e avançou na redução da pobreza e, em menor medida, da desigualdade. Esse crescimento quase ininterrupto dos últimos anos (exceto em 2009) veio acompanhado de uma profunda mudança social: a América Latina reduziu enormemente seus níveis de pobreza (passando de 225 milhões de pobres em 1990 para 164 milhões em 2013), possibilitando a ascensão de uma nova e heterogênea classe média. A desigualdade, medida pelo coeficiente Gini, também diminuiu, embora de forma menos explícita.

Gráfico 1: Tendências nas classes médias, vulnerabilidade e pobreza na América Latina e no Caribe, 1995-2009



Fuente: Banco Mundial, basado en datos de SEDLAC (Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean).
Nota: Los países incluidos son: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y República Bolivariana de Venezuela. Los umbrales de pobreza y los ingresos están expresados en US$ por día del año 2005 al tipo de cambio PPA (Paridad del Poder Adquisitivo).

Fonte: Banco Mundial

A estrutura social latino-americana é agora muito diferente da de uma década e meia atrás. O crescimento econômico da região levou essas 60 milhões de pessoas a sair da pobreza e entrarem em uma classe média emergente e heterogênea. Embora a redução da pobreza continue avançando na maioria dos países, uma grande parte destas novas classes médias é muito vulnerável a uma piora da economia e corre o risco de voltar à pobreza. Após tudo isso, como aponta Alicia Bárcena, Secretária-geral da Cepal: "É verdade que milhões de pessoas saíram da pobreza, mas não são classe média por sua capacidade de poupança, mas por sua capacidade para se endividar comprando bens importados".

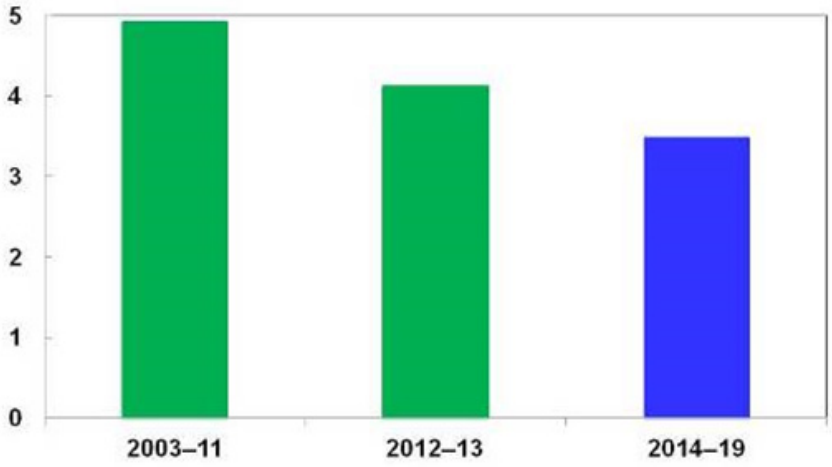
Desde a crise de 2009, a região enfrenta um novo ciclo econômico marcado pelo arrefecimento. A América Latina achou que a bonança seria indefinida porque a China e o resto da Ásia cresceriam a ritmos de 8-10% durante décadas, o que finalmente não ocorreu. A região não economizou da forma como cabia esperar e apostou mais em uma despesa social de tipo clientelista e em despesas correntes do que em

impulsionar a infraestrutura, a educação e a saúde, o que explica os atuais protestos que estão acontecendo em países como Brasil, Chile, Peru ou Colômbia. Desde 2010 não se voltou a recuperar níveis de crescimento acima de 5% e, de fato, os ritmos diminuíram de 4,5% em 2011 para a previsão de 2,2% para 2015. Após crescer em uma média anual de 4.3% no período 2004-2011, as economias da região cresceram apenas 2,1% anuais desde 2012.

Outro sintoma desta mudança de ciclo é o de que a redução da pobreza foi interrompida e inclusive piorou. Durante os últimos três anos, a taxa de pobreza se manteve ao redor de 28% da população, segundo as pesquisas de famílias da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Cepal) de 2014. A proporção de extremamente pobres (com uma renda diária de menos de US$ 2,50) subiu para 12%.

Gráfico 2: Crescimento médio projetado do PIB, 2014-19[1]

(Variação percentual anual média)



Fuente: Cálculos del personal técnico del FMI.

[1]Proyecciones condicionadas en base a un modelo GVAR, asumiendo que los precios de las materias primas se mantienen constantes en los niveles promedio de 2013. Promedio simple de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Honduras, Perú, Paraguay, Uruguay, y Venezuela.

Fonte: FMI, baixado en http://blog-dialogoafondo.org/?p=3991

Como afirmou em entrevista ao jornal El País o diretor do FMI para a região, Alejandro Werner: "A América Latina entra em 2015 em um período de mudança de ciclo. Muito possivelmente de mudança de ciclo político, mas com toda segurança mudança de ciclo econômico. O 1,3% de crescimento é bastante baixo. Vínhamos de níveis de 4%. É o reflexo do ajuste na América Latina à queda do preço das commodities, dos minerais e produtos agropecuários, após um período de crescimento sustentado; do efeito negativo da queda do petróleo; e do fim do impulso das reformas que foram feitas nos anos 90. Esse impulso não se sustentou e seu efeito se esgota. É preciso antecipar as dificuldades pelo lado da economia internacional no entorno de matérias-primas, acelerar a reforma estrutural em educação, seguir com a agenda tão importante de infraestrutura que vinha sendo implementada e continuar desenvolvendo o setor de matérias-primas".

Acabou, portanto o vento a favor que marcou a Década Dourada (2003-2013), e os sinais de transformação do contexto econômico internacional já evidentes em 2014 se mostraram em 2015 muito palpáveis.

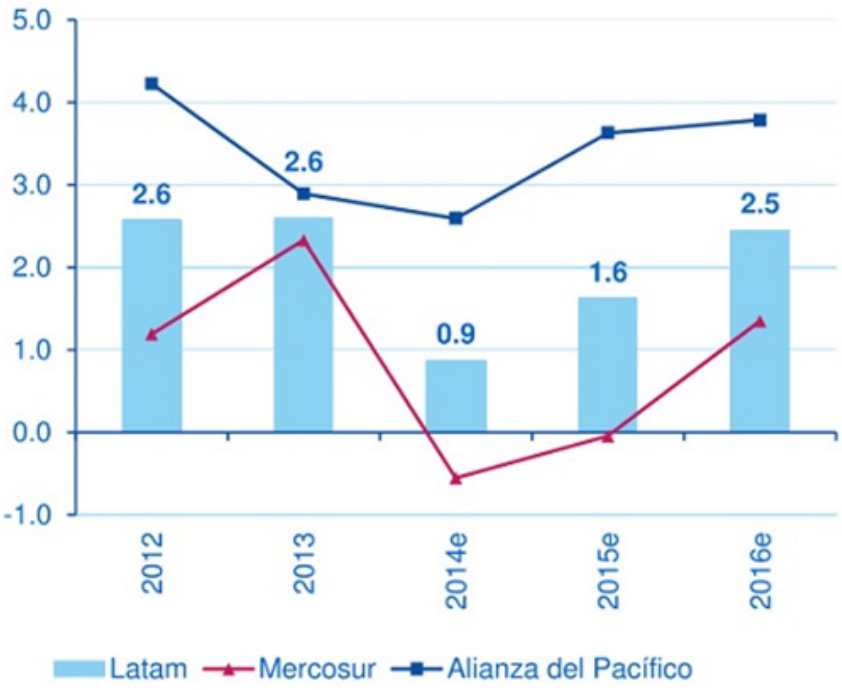
BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A América Latina vai ter um crescimento baixo em 2015 que

não ultrapassará 2,5%, claramente insuficiente para atacar os desafios sociais da região. Segundo a Cepal, a economia da América Latina e do Caribe, apesar de se recuperar em 2015, o fará muito abaixo de suas necessidades, já que o Produto Interno Bruto (PIB) terá um crescimento médio de 2,2%, enquanto em 2014 avançou 1,1%, a taxa mais baixa desde 2009.

Da mesma forma, o Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina preveem que em 2015 a região continuará em números de crescimento muito abaixo de 5%, e portanto siga imersa em um arrefecimento em seu ritmo de expansão econômica. A previsão de crescimento fica em uma categoria de 1% a 1,5% para o período 2014, contra os 2,9% e 2,5% registrados em 2012 e 2013, respectivamente. "A América Latina está se desacelerando mais rápido do que a maior parte do mundo emergente", assinala Augusto de la Torre, economista-chefe do Banco Mundial para a região.

Latam*: Crescimento do PIB (%a/a)



Fonte: BBVA

HETEROGENEIDADE DA SITUAÇÃO REGIONAL

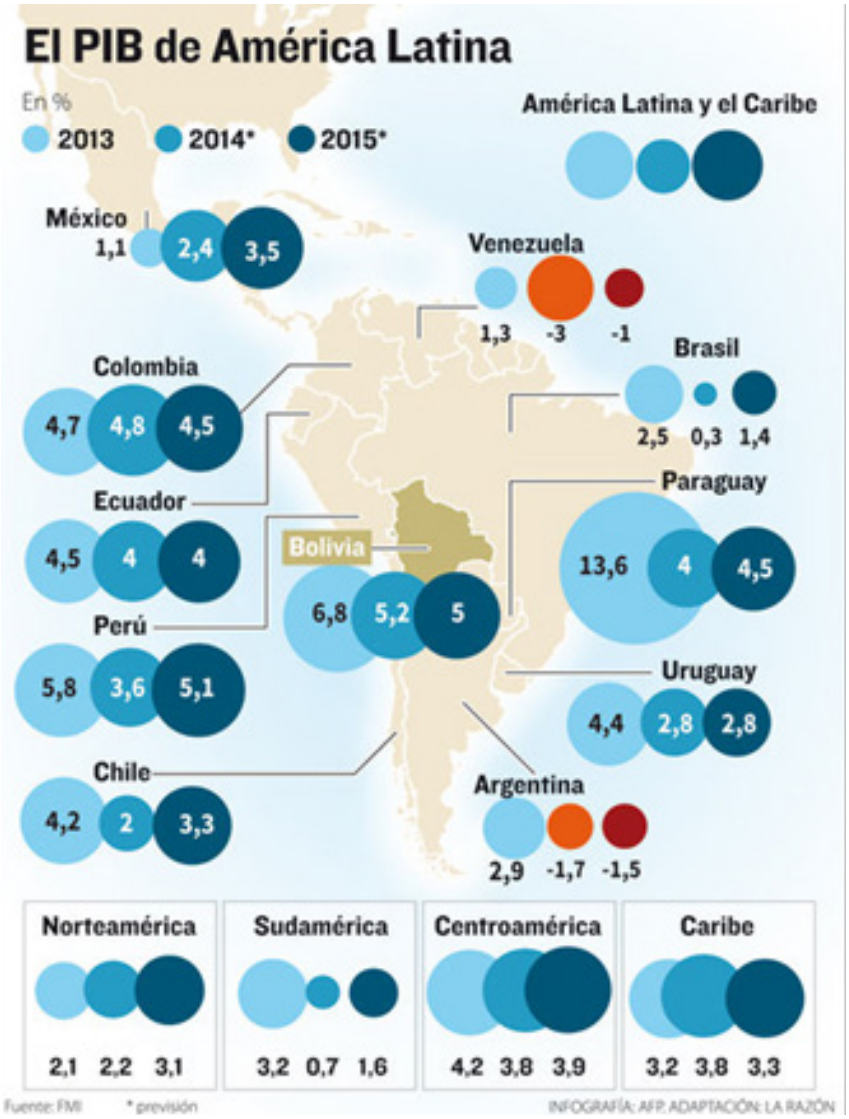
De novo, como vem ocorrendo no últimos anos, a região vai crescer, ou se desacelerar, a várias velocidades. A América Latina crescerá 1,5% em 2015 e 2,4% em 2016, mas os países da Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México), com alta de 3,6% em 2015, o farão mais depressa que os do Mercosul, que cairão na estagnação e inclusive em crise, especialmente Brasil, Argentina e Venezuela. Nesta nova conjuntura, o menor crescimento chinês abala os países sul-americanos, enquanto o México e a América Central podem se ver beneficiados pela melhora econômica nos EUA (mas, por sua vez, no caso mexicano a queda dos preços do petróleo e a alta das taxas de juros nos Estados Unidos afetarão seu crescimento).

"Uma desaceleração mais forte na China continua sendo um risco fundamental para os países exportadores de matérias-primas da América Latina e do Caribe", assegura o Diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Alejandro Werner. "O bom é que México, América Central e algumas partes do Caribe se beneficiariam de uma recupe-

ração mais vigorosa dos Estados Unidos", acrescentou.

Assim, dois países estão à beira, ou já estão imersos, em crise econômica: Venezuela e Argentina (no Brasil, as previsões indicam uma situação de estagnação econômica). Outro conjunto de países terá um crescimento moderado: Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai crescerão em torno de 2,7% em 2014 e 3,5% em 2015. A América Central o fará a 3,5%. Por sua vez, Bolívia, Equador e Paraguai são os que vão liderar o crescimento da região, a 4%-5%.

O PIB da América Latina



Fonte: diario La Razón

QUEDA DO PREÇO DAS COMMODITIES

O modelo de crescimento da América Latina desde 2003 se baseou na exportação de matérias-primas a preços historicamente muito altos. No entanto, desde outubro de 2014, o preço internacional do petróleo (principal exportação de México, Venezuela e Equador) caiu de 90 dólares o barril para 54. No caso da soja, seu preço ronda os 250 dólares a tonelada, muito longe dos mais de 600 por tonelada que alcançou em 2008 e que explicaram a bonança econômica da Argentina kirchnerista. O cobre, principal exportação de Chile e Peru, se situou em 2,89 dólares a libra e registra seu menor valor desde 1º de julho de 2010.

O FMI assegura que os preços elevados das commodities já são história para os próximos 2 ou 3 anos, o que tem sérias consequências para os países latino-americanos e suas receitas fiscais. O especialista em hidrocarbonetos, Carlos Miranda Pacheco, expressou muito claramente sobre o caso boliviano no jornal Página Siete: "Com o petróleo pela metade de seu preço anterior, isso significa que em 2015 receberemos também a metade das receitas por exportação de gás, que, neste ano, só serão de

"O auge econômico trouxe bonança e melhoras sociais"

3,2 bilhões de dólares ao invés de 6,5 bilhões de dólares".

DESVALORIZAÇÃO DAS MOEDAS LATINO-AMERICANAS

As principais moedas perderam valor frente ao dólar e, em seu conjunto, as divisas latino-americanas se desvalorizaram fortemente. Especialmente se destaca o caso brasileiro: o real perdeu até março em torno de 18% de seu valor em relação ao dólar neste ano, e tem o pior desempenho entre as grandes moedas. O dólar, que se transformou em um refúgio para o investimento em tempo de volatilidade, se beneficiou também da recuperação dos Estados Unidos, assim como da previsão de que o Federal Reserve (Fed) vai subir as taxas de juros de curto prazo.

Estas quatro características retratadas falam de uma mudança de ciclo que sucede um período de bonança no qual a região deixou de fazer os deveres, ao contrário do ocorrido nos anos 90.

Em geral, cabe afirmar que nestes anos existiu um excesso de autocomplacência entre os dirigentes latino-americanos em torno da situação econômica de seus respectivos países. O auge econômico trouxe bonança e melhoras sociais, mas os tradicionais e históricos problemas que a América Latina carrega (vulnerabilidade de sua economia, falta de inovação, pouca competitividade e produtividade, existência de grandes gargalos –pouco investimento em capital humano e físico– ou pouca diversificação de sua produção e seus mercados) estiveram longe de serem superados ou solucionados. A região viveu das rendas (dos deveres feitos nos anos 90) e de uma inércia apoiada no bom contexto econômico mundial que favorecia suas exportações e que desincentivava o início de reformas estruturais. José Juan Ruiz, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aponta que, "nos últimos 50 anos, a América Latina não foi capaz de convergir em termos de bem-estar com os países mais desenvolvidos. Embora em relação a 1960 a renda per capita da América Latina em dólares constantes tenha se multiplicado por 4,5, na comparação com o cidadão americano, a distância de bem-estar é hoje 8% maior que a da época de seus pais ou avôs. Já os emergentes asiáticos faziam das últimas décadas a plataforma para sua decolagem ao desenvolvimento. Cingapura, que em 1960 tinha uma renda per capita equivalente à do Equador, já convergiu com a dos EUA. A Coreia do Sul, nos anos 60, era próspera igual ao Brasil, e hoje tem 66% da renda americana e ultrapassou o nível de vida do cidadão espanhol. A China, com renda 20 vezes inferior à da americana, chegou aos 10.000 dólares em duas décadas".

Apesar da constatação deste atraso histórico, a autocomplacência e o excesso de satisfação inundaram a região e se transformaram em um sério obstáculo e em um desincentivo para a promoção de reformas durante

"É uma bênção da Providência ter matérias-primas. Não é uma maldição"

os anos de bonança. Enrique V. Iglesias, então secretário-geral Ibero-americano, advertia em 2012 que a "América Latina está mudando, mas é preciso ter cuidado; andamos de mãos dadas com a autocomplacência; a crise mundial está nos golpeando; estamos melhor preparados do que jamais estivemos, mas está nos golpeando e temos que pensar que a América Latina tem que reagir para vencer a vulnerabilidade que inevitavelmente vamos ter –e temos– no mundo em que estamos. Muito se falou do problema de por que optamos pelas matérias-primas. Bom, é uma bênção da Providência ter matérias-primas. Não é uma maldição. O que pode se transformar em uma maldição é se voltarmos às relações comerciais do século XIX. É importante destacar que temos que explorar com grande eficiência e sustentabilizar nossas matérias-primas, que também desenvolvem as novas formas do comércio como as cadeias de valor. Não há por que exportar automóveis inteiros, podemos exportar baterias de carros".

Efetivamente, o grande pecado da Década Dourada foi a autocomplacência. Vários exemplos são muito ilustrativos de como a bonança "subiu à cabeça" dos dirigentes regionais:

- Sebastián Piñera assegurava em 2011 que "este século XXI seria o século da América Latina e o Caribe, e somos nós os chamados a dirigir, a liderar com um só norte e com uma só missão: melhorar a vida, a qualidade de vida de nossos povos".
- Por essa mesma linha, embora um pouco mais moderado, seguia Felipe Calderón, que falou que esta seria "a década da América Latina".
- E não só eram os políticos, mas também analistas como Luis Alberto Moreno, presidente do BID, que não duvidava em afirmar em 2010, no jornal El País, que "além da conjuntura, vamos ter uma década de bom crescimento, e na medida em que houver bom crescimento na América Latina, haverá uma natural atração ao investimento privado e ao investimento estrangeiro".

Sem dúvida, como afirmava a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, a região pecou desse excesso de autocomplacência: "a América Latina não aproveitou suficientemente o período de bonança, essa é a verdade. Acho que a América Latina poderia ter feito muito mais para investir para realmente fazer desta variável, o investimento, a principal ponte entre o curto e o médio prazo".

3. UM NOVO CICLO REFORMISTA

Augusto de la Torre (economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina): "A América Latina já não pode contar com o exterior para crescer, e carece de ferramentas alternativas. Manterá a desaceleração econômica se não realizar reformas"

"São reformas que devem buscar tornar mais competitivas e inovadoras as economias destes países"

Em 2014-2015, essa euforia, às vezes desmedida, dos últimos 10 anos, deu passo ao temor de que o atual arrefecimento derive em uma crise econômica mais profunda. Além disso, a mudança do contexto internacional (lento crescimento dos EUA, crise na UE, menor crescimento na China e emergência de outras regiões econômicas mais competitivas como a África e alguns países asiáticos) mostra que é necessário mudar a forma de inserção latino-americana no mundo. Como diziam os principais analistas, "a festa terminou, e os ventos a favor se transformaram em ventos contra" (José Juan Ruiz, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e agora o que resta é impulsionar um "processo de reformas... doloroso", mas necessário (Alejandro Werner, diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental). "Com a redução dos ventos de popa que favoreceram a LAC nos últimos anos, a região terá que recorrer a seus próprios meios para estimular o crescimento. E estes meios são em verdade um só: a produtividade" conclui o recente relatório do Banco Mundial "O Empreendimento na América Latina: muitas empresas e pouca inovação", elaborado por Daniel Lederman, Julian Messina, Samuel Pienknagura e Jamele Rigolini.

O novo ciclo de reformas ao qual a região está dedicada é caracterizado por seu caráter integral e global. Não são só pequenas reformas ou remendos, mas uma aposta em mudar o modelo econômico da região. Deve nascer, em primeiro lugar, de um amplo consenso e compromisso político (pactuar que essas reformas tenham caráter de políticas de Estado com continuidade duradoura). Em segundo lugar, trata-se de uma mudança de mentalidade, e, portanto, custosa. São reformas que devem buscar tornar mais competitivas e inovadoras as economias destes países fomentando a produtividade. E, para isso, é essencial o investimento em capital humano (em educação) e em infraestruturas.

Por isso, devem nascer apoiadas em uma vontade política firme, já que terão que ser enfrentados não só desafios difíceis, mas fortes resistências para mudar maus hábitos embutidos.

Trata-se, definitivamente, de destravar os gargalos dos quais a região sofre e que impedem ou desaceleram seu desenvolvimento: em nível institucional, modernizando os serviços públicos e a administração; potencializando a competitividade, a produtividade e a inovação da economia regional; aumentando o investimento em matéria de infraestruturas (a região só destina 3% de sua riqueza a construir estradas, redes de metrô, de logística, de água potável, elétricas, de telecomunicações) e em educação; reforçando o âmbito do setor financeiro no qual as empresas têm um acesso muito pouco fluido ao financiamento, o que lhes impede de aproveitar as oportunidades de investimento. Como aponta o BID, "na América Latina e no Caribe, o crédito é pouco, volátil e caro. A média do crédito ao setor

"Não existe um único problema na administração pública latino-americana"

privado na região, próxima de 40% do Produto Interno Bruto (PIB), é muito mais baixa".

Para se adaptar a este mundo novo e em transformação, são sete áreas nas quais os países da região devem incidir e implantar este segundo ciclo reformista:

- **Aprofundamento da institucionalidade:** O conjunto de reformas do qual a região precisa em matéria de produtividade, competitividade, investimento em capital humano e físico e aposta na inovação e na diversificação deve ser realizado sob o abrigo de um sólido quadro institucional. A institucionalidade é um déficit histórico da América Latina. A região nasceu no século XIX órfã de instituições, que demoraram quase meio século para serem criadas e consolidadas (1810-1850). Desse Estado frágil no começo e depois progressivamente mais forte, mas pequeno (1859-1929), passou-se a um Estado progressivamente maior, até acabar superdimensionado (1945-80). O grande corte do tamanho do Estado após a "Década Perdida" (1982-89), com privatizações e enxugamento do Estado desde 1989, teve como resultado uma administração com sérias carências na hora de impulsionar políticas públicas. Um Estado que não proporciona segurança a seus cidadãos, que fracassa na hora de proporcionar bons serviços em temas como educação, saúde e transportes e que está marcado por uma falta de legitimidade entre a população por sua pouca eficácia e eficiência e seus altos níveis de corrupção.

De qualquer forma, não existe um único problema na administração pública latino-americana, mas um conjunto de problemas e deficiências, pois se trata de um tema de caráter multidimensional.

Em primeiro lugar, existe uma falência produto da escassez de recursos, definitivamente um problema fiscal. A situação na região é de grande heterogeneidade: a arrecadação tributária do Brasil é de 35,7% de seu PIB, a maior da região, seguida pela da Argentina, com 31,2%. Por outro lado, na Guatemala é de apenas 14%. No entanto, existe um ponto em comum, seja por defeito ou excesso: o problema fiscal vem pelo baixo nível de arrecadação (Guatemala ou México) ou pela ineficiência da despesa, apesar de existir uma elevada arrecadação (Brasil e Argentina). O sistema tributário da América Latina e do Caribe é na média o que menos arrecada no mundo: em 2013, as receitas tributárias chegaram a 21,3%. É certo que aumentou a pressão fiscal nos últimos anos: a Cepal reconhece o considerável aumento experimentado durante o período 1990-2013, quando a pressão tributária cresceu em sete pontos percentuais em 23 anos, de 14,4% aos 21,3%

"O grande desafio dos países latino-americanos é construir um aparelho administrativo e um serviço público fiscalmente sustentável e tecnicamente competente"

atuais. No entanto, ainda está 13 pontos percentuais abaixo da média dos países da OCDE, de 34,1%.

Em palavras do professor de Economia Aplicada na Universidade Complutense, José Antonio Alonso, "a fragilidade institucional tem seu reflexo no enfraquecimento do pacto fiscal sobre o qual se firma o Estado. Se os cidadãos questionam a legitimidade das instituições públicas, é difícil que se sintam estimulados a contribuir com impostos para seu sustento. Como consequência, a pressão fiscal costuma ser baixa; os níveis de evasão, elevados, e os gastos públicos, com frequência, regressivos. Isso não faz nada a não ser acentuar, em uma espécie de círculo vicioso, a falta de legitimidade das instituições, ao impossibilitar que o Estado cumpra as tarefas que lhe correspondem como provedor de bens públicos à sociedade. As reformas tributárias promovidas na região ao longo dos anos 90 não resolveram este problema, já que, ao fazer os sistemas fiscais repousarem sobre figuras impositivas relacionadas com os gastos (e não com a renda), diluíram a relação contratual mais direta entre cidadania e Estado".

Na hora de apresentar reformas tributárias (aumentar a base de arrecadação, assim como elevar a pressão fiscal), também é preciso levar em conta que não só se trata de arrecadar mais, mas também de administrar melhor. O grande desafio dos países latino-americanos é construir um aparelho administrativo e um serviço público fiscalmente sustentável e tecnicamente competente. Como aponta Carlos Santiso, Chefe da Divisão de Capacidade Institucional do Estado do BID, os aparelhos estatais devem ter três características fundamentais para ganhar em legitimidade perante a população: devem ser mais eficazes, mais eficientes e transparentes.

- **Estados mais eficazes:** Desde os anos 90, os governos da região aplicaram diversas iniciativas visando impulsionar a profissionalização dos sistemas administrativos e do serviço civil. Apesar dos avanços conseguidos, ainda existe um forte atraso em três âmbitos: quanto à adequação dos sistemas legais e administrativos, no que diz respeito a sua modernização para conseguir os padrões internacionais e sobre a eficácia das políticas públicas promovidas pelo Estado.

Para Carlos Santiso, "os países devem estabelecer governos eficazes. Um governo eficaz é o que obtém resultados que respondem às necessidades de seus cidadãos. Administra em função dos resultados e toma decisões baseadas em evidência. Onde começar? Em primeiro lugar, pôr as estatísticas na vanguarda do projeto de

"Onde começar? Duas áreas principais: a profissionalização do serviço público e a redução da burocracia"

políticas para baseá-las em maior e melhor evidência. As estatísticas governamentais não são utilizadas de forma suficiente como base de informação na elaboração de políticas, e os programas de governo são raramente avaliados com rigorosidade... Em segundo, um Estado eficaz requer um núcleo estratégico forte –não um Estado forte–. Os papéis de presidente e de primeiro-ministro, apesar de serem politicamente fortes, costumam ser tecnicamente frágeis. Chile, Paraguai e Uruguai, entre outros, deram grandes passos para reinventar seus "centros de governo", que melhoram a coordenação e acompanhamento dos programas de governo".

- **Uma administração mais eficiente:** Os países latino-americanos não conseguiram implantar de forma plena autênticos sistemas de serviço civil profissionalizados. Apesar de ser certo que a maioria legislou neste sentido e possui normas de serviço civil de acordo com os últimos avanços nesta matéria, sua aplicação deixa muito o que desejar e está muito longe do que diz a letra da legislação.

  Santiso aponta neste sentido que "os países devem promover governos eficientes. Um governo eficiente é o que reduz os custos dos cidadãos em suas interações com o setor público e proporciona serviços de uma determinada qualidade a menor custo. Os governos eficientes requerem a ampliação de soluções baseadas em governo eletrônico, potencializando o uso de tecnologias de informação em uma sociedade cada vez mais jovem e mais conectada. Isso também representa melhorar a qualidade das regulações e simplificar a burocracia administrativa. Promover um serviço público tecnicamente competente e fiscalmente sustentável representa um dos maiores desafios. Onde começar? Duas áreas principais: a profissionalização do serviço público e a redução da burocracia. A redução da burocracia e a simplificação dos trâmites têm um papel preponderante para as pessoas quando precisam recorrer a entidades governamentais para conseguir um serviço ou exercer um direito. Neste sentido, os governos estão utilizando inovações tecnológicas para melhorar o manejo da informação e racionalizar os processos administrativos, por exemplo, através de portais de serviços e serviços compartilhados.

- **Maior transparência ante uma sociedade com mais poderes:** Os atuais casos de corrupção que golpeiam a América Latina neste 2015 voltaram a pôr em primeiro plano os graves problemas de transparência que afetam as instituições da região e que estão por

"Os países devem promover governos abertos"

trás do descontentamento popular com os partidos e a administração em geral.

O enfraquecimento institucional continua sendo, junto com a desigualdade e a corrupção, um dos principais calcanhares de Aquiles que impedem que na região haja uma democracia de melhor qualidade. Segundo o Latinobarômetro, a confiança nas principais instituições da democracia representativa (Parlamentos com apenas 29% e partidos com 24%), continuam evidenciando baixos níveis de apoio, um fiel reflexo da grave crise de representação que aflige atualmente um elevado número de países da região.

Por isso, Carlos Santiso ressalta que "os países devem promover governos abertos. Um governo aberto é aquele que é transparente, age com integridade e evita a corrupção. A relação entre o Estado e os cidadãos está sendo radicalmente transformada pela inovação tecnológica, cuja velocidade frequentemente supera a capacidade dos governos de se adaptar a ela. Os governos abertos apoiam ativamente um maior acesso à informação e promovem seu uso eficaz para evitar a corrupção e melhorar a gestão. Onde começar? Há duas prioridades: fortalecer os sistemas de prestação de contas e de integridade, e melhorar políticas específicas de transparência. Fortalecer e modernizar as entidades de controle e auditoria representa um desafio definidor para a região e é, ao mesmo tempo, um mecanismo essencial para que os governos prestem conta dos resultados que obtêm, melhorando dessa maneira a qualidade da gestão pública".

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

José Juan Ruiz (economista-chefe do BID): "Se nos próximos 10 anos os países latino-americanos implementarem reformas que elevem sua produtividade, cada nação aumentaria em quase 2 pontos seu crescimento anual. A taxa de crescimento subiria 1,8 ponto, e ao invés de crescer 3% por ano, voltaríamos a crescer durante os próximos dez anos a 4,8%".

Outro dos grandes calcanhares de Aquiles da América Latina é sua baixa produtividade em relação a dos países desenvolvidos. Ou seja, sua incapacidade de elevar a produtividade encontrando maneiras mais eficientes de usar a mão de obra, melhorando não só seu capital físico, mas também o humano. Essa baixa produtividade se dá fundamentalmente nas empresas menores e afeta especialmente o setor de serviços, onde trabalha a maioria da população. Como aponta o Banco Interamericano de Desenvolvimento, "a baixa produtividade costuma ser o resultado não proposital de uma grande quantidade de falhas do mercado e do Estado que distorcem os incentivos para inovar, impedem a expansão das com-

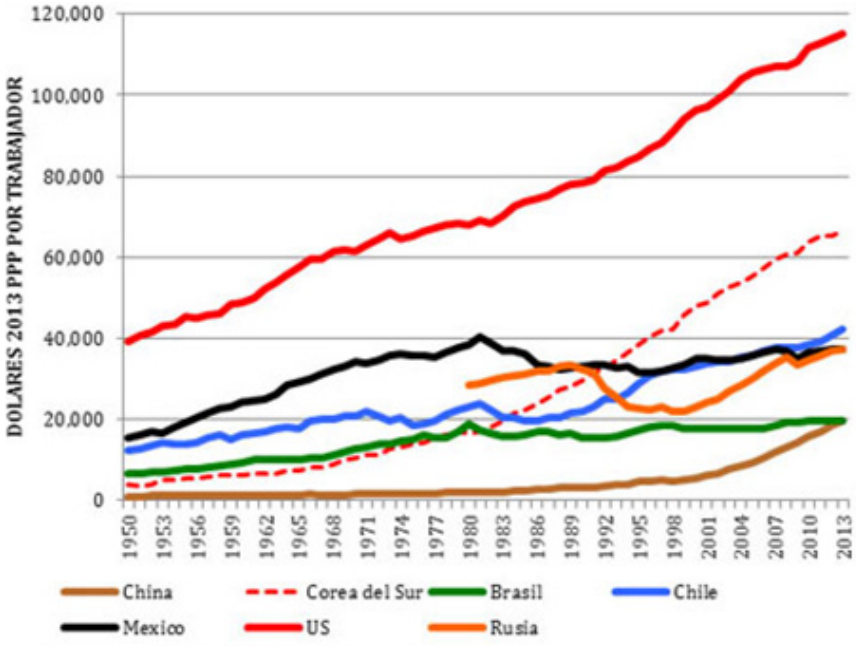
panhias eficientes e promovem a sobrevivência e o crescimento de empresas ineficientes. Estas falhas do mercado e do Estado são mais acentuadas nas economias de baixas rendas –e a América Latina não é a exceção– e constituem um fator importante que explica seus níveis relativamente baixos de produtividade".

Como se pode verificar no quadro abaixo, os índices de produtividade não só não melhoraram nas últimas três décadas, mas ou bem se estagnaram (Brasil), diminuíram (México) e só em contadas exceções (Chile) aumentaram.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento aponta que, "ao longo dos últimos 50 anos, o crescimento da população ativa e de capital social da região foi superior ao registrado, por exemplo, nos Estados Unidos, e os níveis de educação também melhoraram. Mas o aumento sustentado da lacuna de produtividade relativa fez com que os atuais cidadãos latino-americanos e caribenhos tenham, frente aos Estados Unidos, um nível relativo de renda per capita inferior ao que a geração de seus pais e avôs experimentou. Portanto, criar condições para melhorar as taxas de crescimento da produtividade é um objetivo central da estratégia de desenvolvimento sustentável da região".

De fato, como se percebe no quadro seguinte, os chamados tigres asiáticos, a partir de 1978, foram capazes de diminuir melhor a diferença de produtividade em relação aos EUA. Nesse sentido, a América Latina ficou atrasada ao não impulsionar as reformas estruturais necessárias para diminuir a diferença para a economia americana.

Efetivamente, a bonança econômica da "Década Dourada" não foi acompanhada de uma melhora da produtividade via investimento em P&D+I (pesquisa, desenvolvimento e inovação). Os países da região, em sua grande maioria países de renda média, já não podem competir com as economias emergentes através de uma diminuição dos salários, mas apostando na melhora da produtividade. Como afirma Mario Pezzini, Diretor do Centro de Desenvolvimento da OCDE, "apareceram outros agentes que têm alguma capacidade tecnológica e, além disso, muita população em zonas rurais disponível para trabalhar por um salário baixo.



Fonte: América Economía

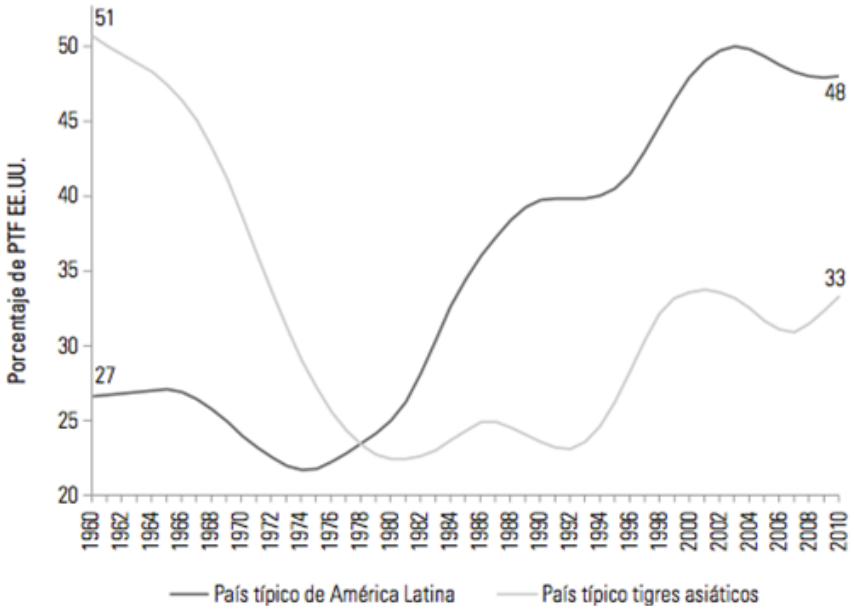
Produtividade e salários baixos, com isso, esses países ganharam em competitividade e são uma concorrência dura para outros que não têm essas condições. O caminho que resta é aumentar a capacidade de inovação. Na América Latina, há países que estão aplicando políticas nesse sentido. Há exemplos disso em Argentina, Colômbia, México, Chile, República Dominicana. Há maior atenção a esse tema e se começa a investir, mas falta troca de informações, saber o que funciona e o que não, para avançar sobre bases sólidas".

Vários são os fatores que incidem nessa baixa produtividade, embora o BID aponte que "o principal responsável do decepcionante desempenho da região e o fator fundamental sobre o qual as políticas devem centrar é a baixa produtividade com que são utilizados os fatores de produção". Melhorar a produtividade e conseguir um crescimento mais rápido passa, entre outras coisas, por estabelecer um melhor entorno que crie as condições apropriadas para melhorar a produtividade, fazer um melhor uso dos fatores de produção existentes, impulsionar políticas públicas que ofereçam melhores incentivos, combater a economia informal caracterizada por sua baixa produtividade ou melhorar a qualidade geral do sistema educacional.

A América Latina, se não quiser se ver ultrapassada por outras regiões, deve apostar em uma produção de alto valor agregado que não se baseie só na exportação de matérias-primas e que foque sua única vantagem comparativa no custo-preço. Aumentar a produtividade requer melhorar o sistema logístico e impulsionar uma infraestrutura adequada para o mercado mundial. De fato, a região deverá encontrar seus próprios motores de crescimento, aumentando a produtividade em setores econômicos diferentes das matérias-primas.

Como lembram José Juan Ruiz e Eduardo Fernández-Arias e Ernesto Stein, economistas do departamento de Pesquisa do BID no livro "Como repensar o desenvolvimento produtivo?", "a América Latina contava com menos capital físico e humano que os países desenvolvidos. Menos máquinas, menos anos de escolarização. Esta explicação, embora

Gráfico 1.3: Diferença de produtividade em relação aos Estados Unidos



Fonte: BID

"O aumento da produtividade na América Latina requer medidas e reformas estruturais a médio e longo prazo"

correta, era parcial: ao longo destes últimos 50 anos, a região acumulou capital físico, criou empregos e melhorou seu capital humano em maior velocidade que os EUA. Se a convergência só dependesse do acúmulo de fatores, o cidadão da América Latina teria fechado em mais de 25% sua lacuna de bem-estar em relação ao vizinho americano. Mas ocorreu completamente o contrário. A inferência, portanto, deve ser que o principal problema é a eficiência com a qual se combinam os fatores de produção; o que os economistas chamamos produtividade total dos fatores. Nesse campo, as conquistas da região eram mais que decepcionantes: enquanto a Ásia reduziu a dois terços sua diferença de produtividade relativa frente aos EUA, a América Latina a duplicou, transformando a convergência do acúmulo de fatores em divergência líquida de bem-estar. Os níveis de desigualdade, a informalidade do mercado de trabalho –pouco mais da metade dos latino-americanos empregados trabalham na economia informal–, o tamanho das empresas, as deficiências de saúde e educação, a falta de infraestruturas, a segurança popular, o enfraquecimento institucional e a corrupção são, entre outros, fatores relevantes que contribuem para que o continente não cresça mais".

Portanto, o aumento da produtividade na América Latina requer medidas e reformas estruturais a médio e longo prazo e está associado a um aumento do investimento em capital físico e humano, concretamente em três áreas: infraestrutura, tecnologia e educação. A produtividade é o primeiro passo para ser mais competitivo, e para sê-lo depende da qualidade da mão-de-obra (educação e capacitação), da infraestrutura (modernizar a infraestrutura, o transporte e as comunicações) e da tecnologia (apostando em inovação).

MAIS COMPETITIVOS EM UM MUNDO GLOBAL

Esta baixa produtividade está intimamente ligada aos baixos níveis de competitividade que afetam a região. Uma competitividade que piorou ao longo da "Década Dourada", porque a bonança econômica e a ascensão das classes médias provocou em muitos países da região a valorização das taxas de câmbio reais, o aumento dos salários e altas do nível tributário, fatores que provocaram uma perda de competitividade das economias da região.

O Relatório Global de Competitividade 2013-2014 do Fórum Econômico Mundial (WEF) apontou precisamente uma estagnação generalizada da competitividade na região: o Chile (34º) continuou à frente da classificação regional, acima de Panamá (40º), Costa Rica (54º) e México (55º). Destaca-se a piora do Brasil, que perdeu oito postos (56º). Além disso, chama a atenção que a Venezuela protagonizou também uma queda de oito lugares e é o país pior posicionado da região, na 134ª posição, devido à forte inflação e a um alto déficit público do qual sofre. Peru (61º) e Colômbia

(69º) se mantêm estáveis graças a indicadores macroeconômicos sólidos, enquanto o Equador (71º) subiu quinze postos, impulsionado pela melhora de suas infraestruturas, da qualidade da educação e em inovação. Uruguai (85º) e Argentina (104º) sofreram as quedas mais fortes no ranking de competitividade –perderam onze e dez posições, respectivamente– devido à pioras de suas perspectivas macroeconômicas, que afetam sobretudo o acesso ao financiamento externo.

A falta de competitividade latino-americana nasce de um funcionamento frágil das instituições, infraestrutura insuficiente e ineficiência na atribuição de fatores de produção. Essas deficiências, que o conjunto das economias latino-americanas acusa, são resultado de concorrência insuficiente e de uma lacuna em matéria de formação, tecnologia e inovação, "que impede muitas companhias e nações de avançar em direção a atividades de maior valor agregado". Inclusive o Chile, líder de competitividade em escala latino-americana, que possui instituições fortes, baixos níveis de corrupção, um governo eficiente e estabilidade macroeconômica, tem uma série de desvantagens como o enfraquecimento de seu sistema educacional, que não proporciona às empresas uma força de trabalho com a formação necessária.

Fonte: La Razón

Dessa forma, a pendência da América Latina para se integrar a este mundo emergente e globalizado que está surgindo é aumentar os níveis de produtividade e competitividade. Para isso, as instituições públicas, em sólidas alianças público-privadas, devem criar um ambiente propício para a inovação e o empreendimento, devem investir em capital físico e humano, ajudar na diversificação das exportações e nos mercados.

Para conseguir que a América Latina seja mais produtiva e mais competitiva, é necessário diminuir um dos principais empecilhos da economia regional, a informalidade. Uma informalidade de cerca de 50% da população ativa e que limita a qualidade e efetividade do Estado, dificulta sua capacidade arrecadatória e sua presença real no campo de ação. Condiciona também a eficácia das políticas macroeconômicas e dificulta o crescimento de pequenas empresas, a maioria com pouca produtividade e vincula-

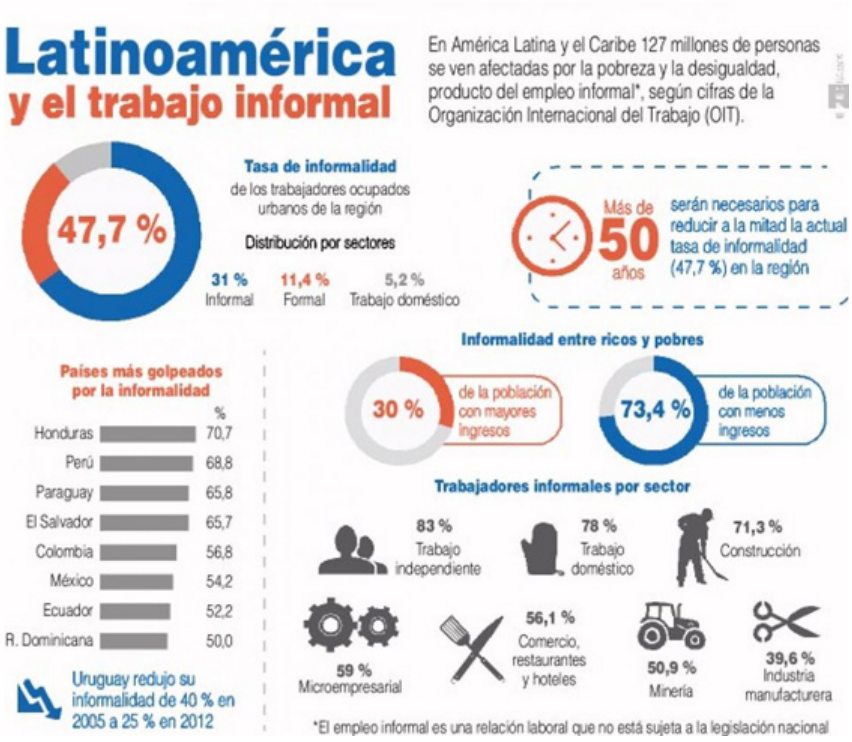
das a um baixo perfil educativo do emprego e pouco acesso ao financiamento.

Os números são muito eloquentes nesse sentido: mais de 127 milhões de pessoas (47% da força de trabalho latino-americana) na região têm um emprego informal, o que quer dizer que ficam à margem da legislação trabalhista, não contribuem para a seguridade social e nem pagam impostos. A informalidade afeta mais uns setores do que outros e incide sobretudo em áreas como a de construção, a de agricultura e as trabalhadoras domésticas. A redução da informalidade nestes anos foi considerável, mas ainda é insuficiente e corre o risco de que aumente ao fio do atual arrefecimento: a informalidade caiu de 65% em 2000 para 47,7% nesta década. Os países com os números mais altos são, segundo a OIT, Guatemala (77,7%), El Salvador (72,2%) e Honduras (74,9%). No México, é de 58%, no Brasil a taxa de informalidade é de 37,8%, e no Uruguai, de 32,5%.

Elisabeth Tinoco, Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho da OIT, afirma que "o crescimento econômico de 3-4% a partir do ano 2000 teve um impacto recente na criação de empregos formais. Mas agora, com uma desaceleração que se vislumbra de longo prazo, retorna a informalidade. As pessoas se viram para comer com os trabalhos mais insólitos. É a necessidade da sobrevivência. As políticas que os governos impulsionaram para gerar empregos formais estão ameaçadas pela desaceleração. Esse é o grande medo".

Neste sentido, os países da América Latina devem começar a adotar medidas para diminuir a informalidade na linha do recomendado pelo BID: por meio da promoção de políticas institucionais que criem incentivos para o trabalho ou a contratação formal, projetando um sistema fiscal que gere uma "discriminação tributária" e favoreça o setor formal com uma carga menor.

E também com programas de seguridade social que beneficiem os trabalhadores que contribuem e com a melhora no acesso ao crédito.



Fonte: América Economía com dados da OIT

"Uma melhor infraestrutura eleva a qualidade de vida da população"

FORTE AUMENTO DO INVESTIMENTO EM CAPITAL FÍSICO

José Antonio Llorente (Sócio Fundador e Presidente da LLORENTE & CUENCA): "O futuro crescimento e o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos passa pelo investimento em infraestruturas. Investir em infraestruturas é investir no desenvolvimento de um país - especialmente se falamos da América Latina... é fundamental entender que a região não só deve aumentar o investimento em infraestruturas, mas fazê-lo de uma forma mais eficiente".

Existe um consenso generalizado na literatura acadêmica referente a que o investimento em educação e infraestrutura é vital para conseguir melhoras nos níveis de competitividade e produtividade. Nesse sentido, a aposta no investimento em infraestruturas se torna um aspecto decisivo para dar esse necessário salto qualitativo que os países da região requerem para se vincular com sucesso a um mundo crescentemente mais competitivo. Garantir o atual e o futuro crescimento econômico da região depende, em grande parte, das decisões que forem adotadas no âmbito das infraestruturas.

Como aponta a Corporação Andina de Fomento (CAF), em geral, uma melhor infraestrutura eleva a qualidade de vida da população, aumenta o crescimento da economia, facilita a integração regional e diversifica o sistema produtivo. O Banco Interamericano de Desenvolvimento acrescenta que o rápido crescimento da economia da região e do comércio exterior nos últimos dez anos evidenciou as sérias deficiências da região em termos de infraestrutura elétrica, de transportes (estradas, ferrovias e portos), etc. Este déficit ocorreu porque o esforço investidor foi, em todos estes anos, insuficiente tanto no que se refere ao setor público como ao privado.

Como mostra o gráfico seguinte, a maioria dos países latino-americanos está abaixo da média mundial quanto a infraestruturas: só Panamá (30º lugar), Chile (45º), México (66º) e Guatemala (69º) estão na parte superior da tabela:

Nos anos 80, a região investia mais de 3% do PIB em infraestruturas, e essa quantidade era financiada principalmente pelo Estado (eram os tempos dos estados intervencionistas e da Industrialização por Substituição de Importações). Esta tendência mudou nos anos 90, após a onda de reformas neoliberais, e caiu para 2%, com o setor privado liderando esse tipo de investimento. Já na primeira década do século XXI, o investimento diminuiu para pouco mais de 1%, e desde 2007 ficou acima de 2%, perto de novo de 3%, com uma participação similar dividida entre o Estado e o setor privado.

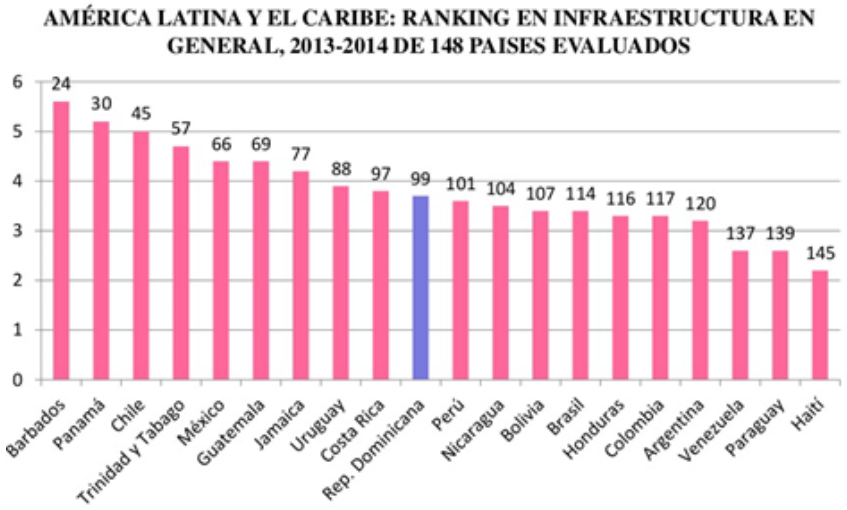
Mas essa quantidade investida em infraestruturas, que já era insuficiente para dar uma base sustentável à bonança que a região viveu durante a "Década Dourada

(2003-2013)", continua sendo agora pouca para dar o salto qualitativo que a América Latina precisa para elevar sua competitividade e sua produtividade. Nesse sentido, o economista uruguaio Ernesto Talvi ressalta que "os governos deveriam tentar gerar internamente um impulso a suas economias dinamizando setores nos quais há "déficit" na região, como o de infraestruturas e energético... vamos ter de colocar mãos à obra e fazer bem os deveres".

Nessa mesma linha, Juan Sosa, vice-presidente de Infraestruturas do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), aponta que a região só destina 3% de seu PIB à construção de estradas, redes de metrô, ao impulso da logística, das redes de água potável, de energia elétrica ou de telecomunicações: "A América Latina encara uma oportunidade única para se desenvolver agora e dar um salto qualitativo nas próximas décadas. Sem infraestruturas, não se pode gerar qualidade de vida, já que elas apoiam o crescimento da economia e da competitividade das empresas. Se não houver competitividade, não será sustentável de forma duradoura esse crescimento".

Uma das chaves para elevar a produtividade e a competitividade nos mercados globais passa por promover infraestruturas adequadas que permitam entrar em qualquer mercado atrativo, seja qual for e esteja no ponto planetário onde estiver, em uma posição vantajosa. O desenvolvimento sustentável e o progresso dos países da América Latina estão intimamente ligados ao desenvolvimento das infraestruturas, pois esse investimento não só apresenta melhoras sociais (referentes à qualidade de vida da população), mas, além disso, gera oportunidades de negócios e comerciais para as empresas. Os principais déficits que a região mostra se referem a estradas, ferrovias e redes de água e saneamento, seguidos de portos e aeroportos, assim como nas áreas de energia e telecomunicações. "Existe uma falta de ferrovias, aeroportos, portos, estações de metrô, ônibus, plantas de energia que precisam ser desenvolvidos. Os governos começam a se dar conta de que se quiserem que suas economias continuem crescendo, necessitam apoiar o setor, e esta é uma grande oportunidade", aponta o diretor da empresa Samcorp, Lawrence Lam.

A falta de infraestrutura da América Latina afeta o desenvolvimento comercial



Fonte: Banco Mundial (2014) Global Competitiveness Report, 2013-2014

"O Estado deve aumentar seus investimentos"

Em resumo, para reduzir esta lacuna no campo das infraestruturas (tanto em novos investimentos como em gastos de manutenção das mesmas), é preciso impulsionar dois tipos de ações, que segundo o presidente-executivo da Corporação Andina de Comércio, CAF, Enrique García, se referem a:

- Dobrar o investimento desse atual 3% do PIB (de média na América Latina) pelo menos até 6%, seguindo o exemplo dos países asiáticos, cuja média atual em capital dedicado às infraestruturas é de 10% do PIB.

  Um recente relatório do Fórum Econômico Mundial situou a nota média da América Latina em infraestruturas em 3,6 pontos, de um total de 10, frente à média de 5,4 dos países da OCDE, sendo as estradas e as ferrovias os setores que apresentam maior fragilidade, junto com o setor de energia elétrica. Por isso, a Cepal calculou também que o nível de investimento necessário para a América Latina acabar com as diferenças de infraestrutura para os países emergentes do Leste da Ásia é equivalente a um investimento de 7,9% do PIB anual pelo menos até o ano de 2020. Este montante é equivalente a 286,3 bilhões de dólares por ano.

- Estabelecer alianças com o setor privado, o que é fundamental na hora de encarar o desafio das infraestruturas, já que os estados latino-americanos não contam com os recursos necessários, nem em algumas ocasiões os conhecimentos suficientes, por isso parece decisiva a promoção de "alianças estratégicas" entre o setor privado e o público.

  Neste sentido, como sustenta a CAF, o Estado deve aumentar seus investimentos e, além disso, aplicar um conjunto de políticas públicas que levem a focar melhor os subsídios, alocar maiores recursos à manutenção das infraestruturas, emoldurar as políticas do setor em "um paradigma de desenvolvimento sustentável e integrado", assim como fortalecer as instituições públicas.

AUMENTO DO INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

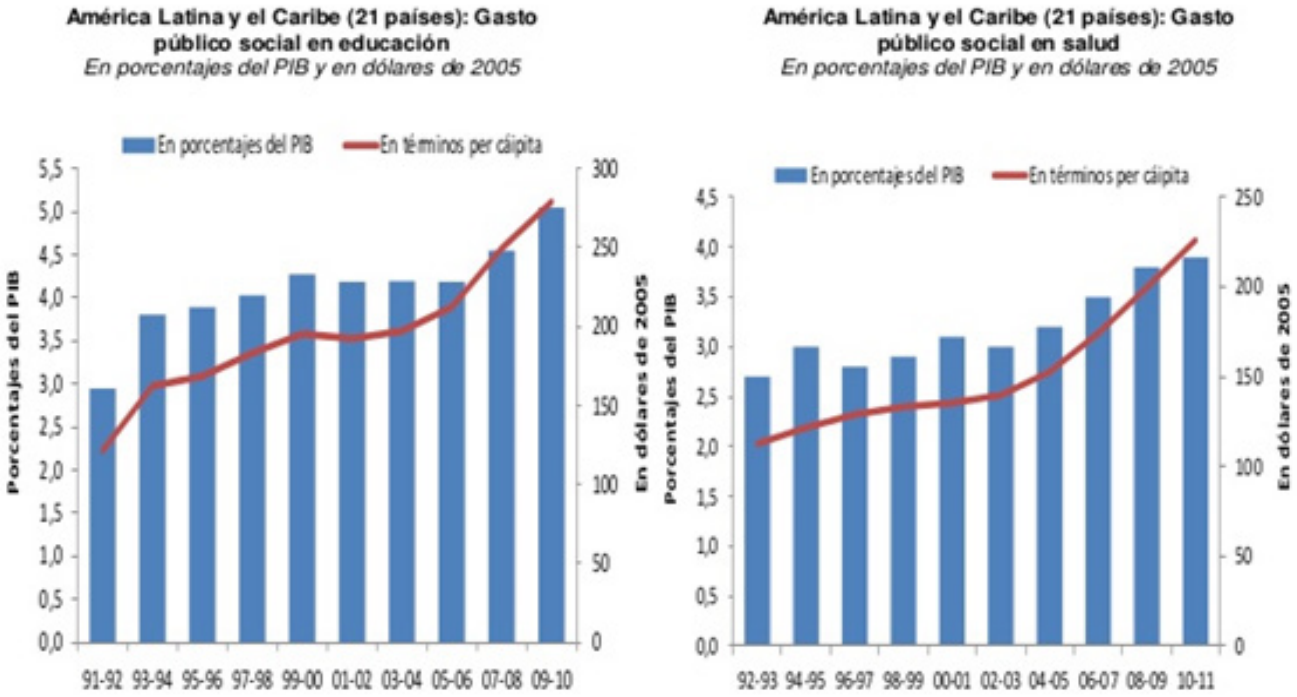
Jorge Familiar (vice-presidente do Banco Mundial): "Em uma região onde o acesso à educação até o nível secundário é quase universal, o desafio central é a qualidade. E para elevar a qualidade, é fundamental o que ocorre na sala de aula, ou mais concretamente, as habilidades dos responsáveis por ensinar".

Além de em capital físico, o investimento em capital humano (educação de qualidade) se mostra igualmente decisivo para conseguir um desenvolvimento produtivo e construir

uma economia competitiva em escala mundial baseada na inovação. Pesquisas acadêmicas, sobretudo as realizadas pelo BID, concluem que a educação, quando está orientada a que o aluno, ao longo de sua vida acadêmica e inclusive profissional, adquira habilidades e capacidades aplicáveis a seu âmbito de trabalho, aumenta a produtividade dos trabalhadores, eleva seus níveis de renda, contribui para o bem-estar geral da sociedade, favorece a introdução de inovações e novas tecnologias.

A educação não só tem esse componente econômico, mas outro de claro matiz social. Investir em uma educação de qualidade contribui para fomentar a igualdade de oportunidades e a coesão social por meio de um desenvolvimento econômico inclusivo. De fato, o grande problema da educação na América Latina é a desigualdade, já que persistem profundas desigualdades quanto a cobertura, qualidade e acesso (zonas rurais vs urbanas), entre regiões mais ou menos desenvolvidas e entre diferentes camadas sociais. Para citar um exemplo, vale o da Colômbia, onde um estudo da Fundação para a Educação Superior e o Desenvolvimento, Fedesarrollo, conclui que "a educação na Colômbia, além de ter na média uma qualidade

O gasto público em educação e saúde teve um aumento significativo. Mas como se garante resultados?



Fonte: CEPAL

"O principal problema da educação na América Latina não é tanto de número quanto de qualidade"

baixa, perpetua as desigualdades e não permite que a educação cumpra seu papel fundamental de ser um dos grandes fatores de mobilidade social".

Desde os anos 80, a América Latina avançou muito quanto a cobertura educativa, com um investimento público que duplicou em termos reais. Em 2010, segundo a Cepal, a despesa total em educação foi de 5,3% do PIB no Uruguai, enquanto em países como México, Chile e Argentina, ficou acima de 6%. O resultado de dedicar em torno de 4,7% à educação foi um grande aumento de cobertura: a escolarização em educação primária e básica é quase de 100%, e a alfabetização de jovens e adultos se situa em 90%.

De qualquer forma, o investimento público da América Latina em educação está atrás do dos países em desenvolvimento de outras regiões e dos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos, onde se situa em torno de 12% do PIB. Além disso, esses indubitáveis avanços na América Latina na área educativa quanto a cobertura foram insuficientes em educação pré-primária, à qual chegam apenas 62%, em educação secundária (alunos de 12 a 15 anos), à qual chegam 70%, e ensino médio (15 a 17 anos), ao qual chegam somente 40%.

O principal problema da educação na América Latina não é tanto de número quanto de qualidade. Nesse sentido, a Cepal sustenta que o importante já não é tanto gastar mais, mas fazê-lo melhor, de forma mais eficaz e eficiente. Em escala regional, podem ser citados muitos exemplos. Um deles é o do Uruguai, país que mais investe em educação. O Instituto Nacional de Avaliação Educativa (INEEd) desse país ressalta que o maior orçamento destinado à educação na última década não se traduziu em uma melhora na qualidade do ensino. Apesar de ter se passado de um investimento de 4,5% do PIB em 2004 para 6,2% em 2012, o problema da educação no Uruguai continua sem ser solucionado: "Na próxima década –diz o relatório do INEEd–, o país deverá continuar aumentando o investimento em educação, mas deverá fazê-lo de um modo cada vez mais eficiente, analisando cuidadosamente a distribuição dos recursos entre diferentes alternativas de política educativa. Além disso, deveria ligar um esforço sustentado de melhora salarial a reformas na concepção e condições do trabalho docente".

Outro ponto de mira para a melhora da qualidade da educação na América Latina está voltado à qualidade dos professores. Mariano Jabonero Blanco, diretor de Educação da Fundação Santillana, afirma que "a qualidade de um sistema educacional nunca supera a de seus docentes... Atrair os melhores para a profissão docente e lhes garantir uma excelente e pertinente formação, avaliar o professorado em exercício com rigor, exigir a prestação de contas e, por fim motivá-los e retribuí-los em consequência, é o modelo que vem sendo aplicado há anos com sucesso pelos países que são líderes mundiais em educação,

"Democratizar realmente a educação, requer na América Latina profundas mudanças"

como credenciam seus excelentes resultados nos exames PISA e em outros similares. São requisitos que não são cumpridos em quase nenhum país da América Latina, circunstância que explica consequências tão negativas como as descritas no mencionado relatório, como, por exemplo, a perda de tempo letivo observado nas atividades cotidianas em sala de aula: por escassez de competências pedagógicas e didáticas, a média dos professores dos colégios visitados utiliza menos de 65% de seu tempo em atividades de ensino e aprendizagem, dedicando o resto a passar lições, pôr ordem, atividades administrativas ou, simplesmente, o desperdiça".

Melhorar a qualidade da educação transmitida pelos professores significa irremediavelmente um choque com fortes interesses criados e poderes corporativos enraizados (sindicatos de professores que, como os do México, resistem a mudar). A reforma educativa promovida por Enrique Peña Nieto no México se chocou precisamente com sindicatos muito radicalizados, capazes de mobilizar centenas de milhares de professores e de paralisar um país e inclusive impedir a aplicação destas reformas em regiões como Oaxaca e Guerrero.

"Garantir –diz Jabonero– mais e melhores aprendizagens para todos, ou seja, democratizar realmente a educação, requer na América Latina profundas mudanças nos processos de seleção, formação, avaliação e retribuição dos professores, assim como a aplicação de provas externas padronizadas de avaliação e a ampla divulgação de seus resultados. Um processo ao qual não é alheia a necessidade de redefinir as relações com os sindicatos de docentes, até agora possivelmente os mais poderosos do mundo, que conviveram com sistemas tão injustos e ineficazes, que com frequência entraram em colisão com políticas educativas de transformação e melhora educativa. As experiências recentes de México, Peru e Equador para modificar as relações de equilíbrio de poder entre sindicatos docentes e governos democráticos mostram que são possíveis as mudanças".

Além disso, a aposta em uma educação de qualidade significa aumentar a jornada escolar diminuindo as meias jornadas e apostando nas jornadas completas (oito horas), melhorar a infraestrutura (salas de aula, material de trabalho...) e transformar a educação em um grande projeto nacional pactuado por todos os atores ao redor de uma política de Estado, blindada frente aos vaivéns da política e o clientelismo, que tenha como objetivo melhorar a qualidade e a pertinência da educação.

Neste sentido, e seguindo o BID, os modelos bem-sucedidos, os que deveriam servir de inspiração para a América Latina, são aqueles que:

- **Apostam na capacitação contínua:** *"Países também entenderam que o processo de educação não acaba com um diploma de estudos secundários, nem sequer com um*

"A educação e a capacitação para o trabalho na América Latina e no Caribe avançaram por caminhos separados"

título universitário. Simplesmente nunca acaba. Os sistemas educacionais no mercado de trabalho fomentam a aprendizagem ao longo de toda a vida, assegurando desta maneira um estímulo para a produção. Nestes sistemas os trabalhadores se deslocam permanentemente entre o mercado de trabalho e o sistema educacional ou de capacitação ao longo de seu ciclo de vida laboral".

- **Vinculam a aquisição de conhecimentos e habilidades com as necessidades do mercado de trabalho:** *"A América Latina e o Caribe não progrediram rumo a um modelo de capacitação contínua, nem prestaram suficiente atenção à integração da escola e a capacitação nos sistemas trabalhistas. As iniciativas se concentraram desproporcionalmente em ampliar os sistemas educativos e criar nichos isolados de capacitação laboral com uma cobertura limitada, deixando pouco espaço para revisar e melhorar seus mecanismos de garantia de qualidade e a relevância das habilidades ensinadas, para satisfazer mais adequadamente as demandas do setor produtivo. Os países da América Latina parecem ter assumido simplesmente que uma população com mais anos de estudos é sinônimo de uma população melhor formada. A educação e a capacitação para o trabalho na América Latina e no Caribe avançaram por caminhos separados".*

Como conclusão, se a América Latina deseja entrar no trem do progresso, deve apostar no investimento em educação como em seu tempo fizeram Coreia do Sul e Nova Zelândia, o que lhes transformou não só em países desenvolvidos, mas com altos graus de coesão social. Isso garante a governabilidade e estabilidade social e econômica de um país. Como assinala Alieto Aldo Guadagni, ex-secretário de Indústria e Comércio da Argentina, "não se pode reduzir a pobreza crônica sem uma educação que impeça a transmissão da pobreza de uma geração a outra. O crescimento econômico no século XXI não depende da abundância de recursos naturais, mas da qualidade do capital humano que é acumulado pela educação e também pelas políticas de saúde infantil. Em nosso país estamos transitando há tempo pelo caminho da desigualdade social, consolidando a reprodução intergeracional da pobreza e anulando nossa antiga mobilidade social ascendente. Nosso sistema educacional não somente não promove e assegura a igualdade de oportunidades, base da justiça social, mas devido a sua baixa qualidade, também não pode contribuir para um pujante crescimento econômico".

O DÉFICIT EM INOVAÇÃO

José Miguel Benavente, chefe da Divisão de Inovação e Competitividade de BID: "A região

se conformou com exportar sua riqueza autóctone sem transformá-la, e também não se preocupou em fazer outro tipo de produtos inovadores para a exportação. É seu maior risco".

O déficit em produtividade e competitividade que a região sofre segue paralelamente ao déficit em inovação que afeta a América Latina. Apesar de ser certo que os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) aumentaram nos últimos 15 anos (a região é, depois da Ásia, a segunda do mundo com maior crescimento em investimento para P&D), também é verdade que ainda estão longe do que ocorre nos países da OCDE e da Ásia.

Na América Latina, o investimento em P&D é de cerca de 0,80% do PIB (segundo dados de 2011 do BID), o que é um avanço em relação ao 0,48% de 1990 e ao 0,57% de 2000. De qualquer forma, é longo o caminho que a América Latina deve percorrer para alcançar, ou pelo menos registrar números semelhantes, os 2,8% dos Estados Unidos, os 3,7% da Coreia do Sul, os 3,9% da Finlândia ou os 4,3% de Israel.

Os avanços são inegáveis, como inegáveis são as falências. Nestes anos, a região avançou em setores como o da biotecnologia e a produção com valor agregado de determinadas matérias-primas. É o caso do Chile, que desenvolveu tecnologia ao redor destas exportações (vinho, salmão etc), as exportações a frio, a embalagem de todas estas matérias-primas e inclusive desenvolveu uma liderança tecnológica na mineração do cobre. Mas existem mais casos, já que a inovação chegou à América Latina por caminhos muito diferentes. Desde setores tradicionais (vinhos, tecnologia nuclear e indústria aeronáutica) a empreendimentos com menos história (frutas finas, software, eletrônica, salmão e caviar).

Mas todos estes avanços são, por enquanto, pontuais, pois não existe uma política integral de apoio e investimento em P&D. Como aponta o presidente do BID, o colombiano Luis Alberto Moreno, "há um enorme déficit de inovação na América Latina. Não há dúvida de que os ventos mudaram, tivemos ventos a favor com um consumo muito grande da China, bons preços e taxas de juros baixas. Tudo isso está mudando, e

A inovação é um motor do crescimento econômico, e a América Latina ainda não assimilou a ideia

Los gastos en I + D en América Latina son sistemáticamente inferiores a los de los países desarrollados y los de mejor desempeño en el mundo (Israel, Finlandia y Corea del Sur) son precisamente aquellos países que han logrado alcanzar a otros países desarrollados en los últimos 30 años.

Fonte: Instituto Mexicano da Competitividade

isso significa que temos que fazer maiores esforços internos, temos que remar mais por conta própria, e a inovação é uma das maneiras de remar melhor".

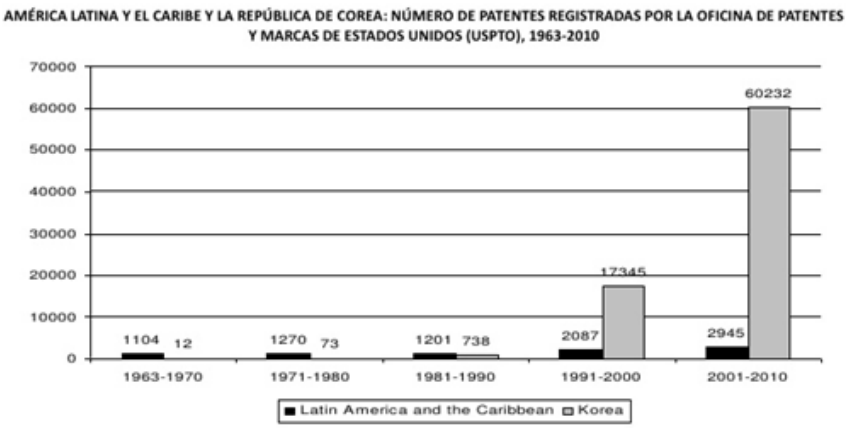
Além de ser insuficiente a despesa em inovação, esse tipo de investimento está muito concentrado em poucos países. Brasil, México e Argentina reúnem mais de 90% do investimento latino-americano em pesquisa e desenvolvimento, segundo o relatório "O Estado da Ciência 2013", divulgado pela Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT). O Brasil é o líder regional, já que investe 1,2% de seu PIB em P&D, enquanto a Argentina chega a 0,64%, e o México, a 0,45%. Frente a estes números, El Salvador e Guatemala são os países com menor investimento em P&D, já que se situam entre 0,03% e 0,04%. Este relatório aponta que, em 2011, a América Latina e o Caribe investiram em seu conjunto 44 bilhões de dólares em P&D, 3,2% do gasto em nível mundial. Isso representa, por exemplo, que as empresas da região são as que menos produtos novos introduzem nos mercados internacionais ou que nenhum país, nem a região como um todo, se aproxima em número de patentes dos países mais desenvolvidos. Os exemplos da América Latina e da Coreia do Sul só na década passada são bem evidentes: a América Latina não chegou a 3 mil patentes, e a Coreia do Sul superou as 60 mil.

Como mostra o quadro seguinte, elaborado pela Cepal, países como Cingapura ou o do exemplo, a Coreia do Sul, registram 20 vezes mais patentes que a América Latina:

Dessa forma, a região sofre uma crônica falta de inovação que acompanha as falhas referentes à melhora de seu capital físico e humano. Maior investimento em inovação se traduziria em um melhor projeto de políticas de ciência, tecnologia e inovação, para que tivessem um maior impacto nos processos de desenvolvimento econômico e social. Além disso, investir em inovação contribuiria para dar um respaldo a um setor no qual a América Latina é líder, o setor do empreendimento. Finalmente, esta falta de inovação bloqueia a competitividade, o crescimento e repercute na geração de postos de trabalho de qualidade.

O trabalho do BID mostrou que o investimento em P&D na América Latina e no Caribe é sistematicamente inferi or ao dos países desenvolvidos e que

Patentes na Coreia do Sul e na América Latina e no Caribe



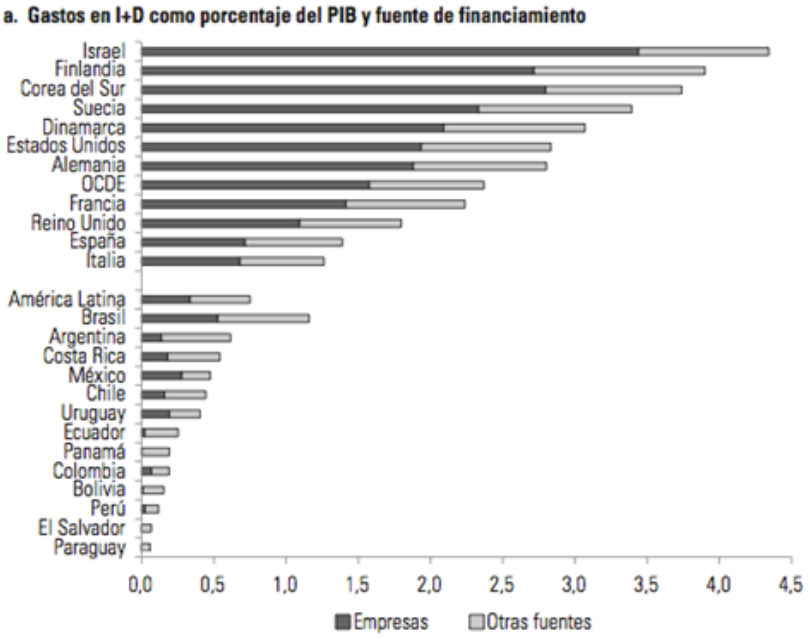
Fonte: CEPAL

as nações que conseguiram convergir com os países desenvolvidos nos últimos 20 ou 30 anos são as que fazem um maior esforço de investimento em inovação, tanto no setor público como no privado. O BID lembra que "o setor privado financia uma grande parte do esforço de P&D. Enquanto nos países desenvolvidos o investimento empresarial em P&D corresponde a mais de 60% do investimento nacional, na América Latina e no Caribe este número é inferior a 35%. Estes dados sugerem um grande déficit em investimento em P&D na região, sobretudo no setor privado".

O BID conclui que "a evidência sugere que a América Latina e o Caribe sub-investem em inovação... É claro que o setor empresarial da América Latina e do Caribe sofre de uma deficiência de investimento em inovação além do que se poderia esperar, dado o desenvolvimento financeiro e o acúmulo de capital humano da região".

A aposta da região deve ser em dar um forte impulso à inovação como uma política não só pública, mas coordenada com o âmbito privado. Como afirma Gabriel Sánchez Zinny (presidente da Kuepa, iniciativa para introduzir novas tecnologias na educação latino-americana), é necessário promover "a inovação e o empreendimento através da criação de agências governamentais, ou instituições público-privadas que outorguem capital de risco a novos projetos. É o caso da Inadem no México, da Start-Up Chile, com sede em Santiago, da Innpulsa na Colômbia. As parcerias público-privadas são fundamentais neste espaço, e serão as que vão finalmente permitir estimular a inovação tão necessária para que a América Latina avance em seu próximo estágio de desenvolvimento".

Gráfico 3.1: Panorama da inovação na América Latina e no Caribe



Fonte RICYT

DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DOS MERCADOS

A escassa diversificação tanto dos produtos que a América Latina exporta quanto dos mercados aos quais exporta é um dos males históricos da região. Um caso paradigmático quanto a uma alta concentração de mercado de exportação é o do México: 78% de suas exportações têm como destino os EUA. Caso paradigmático quanto a concentração do pro-

duto exportado é o da Venezuela (95% de suas receitas procedem da exportação de petróleo). Até no Chile –país no qual entre 1985 e 1997 aumentou a participação de produtos com exceção do cobre nas exportações–, desde 1997, devido ao auge no preço do metal, o cobre começou a aumentar seu peso (mais de 40% das exportações chilenas estão ligadas a produtos de mineração). Em 2003, as exportações baseadas em recursos naturais cobriam 49% da cesta exportadora da região, e uma década mais tarde essa proporção se elevou a 60%.

Além disso, as exportações à Ásia já representam quase 50% do total, quando no início da década passada apenas somavam 34%.

Quanto aos mercados de exportação, a ascensão da China como lugar ao qual destinar as exportações pareceu ser, na década passada, uma solução para a diversificação da região diante do tradicional vínculo exportador latino-americano com os EUA. Em dez anos, o comércio sino-latino-americano passou de US$ 15 bilhões a US$ 241,5 bilhões, com um crescimento anual médio de 30%. Além disso, as exportações latino-americanas à China estão concentradas em poucos produtos. Assim, a soja representa em torno de 53% das vendas argentinas, e 45% das uruguaias, segundo dados da Cepal. No Brasil, o ferro concentrado representa 45% das vendas, e a soja, outros 24%. O petróleo é responsável por 94% das exportações do Equador, 78% das da Venezuela e 53,8% das da Colômbia. No Peru, o cobre concentrado representa 38% de sua destinação total, e em Cuba o níquel é responsável por 71% das vendas ao país asiático. No total, 14 países da região têm mais de 75% do total de suas exportações destinadas à China.

Esta foi, portanto, outra das questões pendentes durante a Década Dourada. O BID aponta que "em uma perspectiva dece-

Mapa das exportações chilenas

Fonte: Governo do Chile

"É hora de buscar a diversificação produtiva, não podemos depender só das matérias-primas"

nal, a cesta exportadora da ALC está mais concentrada em produtos básicos e seus derivados e, assim, é mais vulnerável ao enfraquecimento desses mercados: em 2003, as exportações destes produtos cobriam na média 49% da cesta exportadora da região, enquanto em 2013 a proporção alcançou 60%". Os relatórios da Cepal indicam que o crescimento exportador na América Latina ocorreu de forma intensiva, mas não de maneira extensiva e que, portanto, obteve resultados exíguos de sua estratégia de diversificar exportações a partir dos acordos de livre-comércio. A partir de 1990, todos os países, exceto Venezuela e Uruguai, pelo menos duplicaram o valor real de suas exportações, a uma taxa de 7% ou mais.

Alicia Bárcena, secretária-geral da Cepal, afirma que ficou "pendente a diversificação produtiva essencial para o fechamento de brechas mais profundas da sociedade. Se vem uma onda de melhores preços, é preciso conseguir que esses lucros possam ser investidos em outras formas de capital e não escapem apenas em despesa corrente. É hora de buscar a diversificação produtiva, não podemos depender só das matérias-primas. Chegou o momento de encarar muito a sério este tema para fechar brechas estruturais; é preciso apostar no investimento".

4. CONCLUSÕES

A América Latina é a região das oportunidades e dos trens perdidos. Uma região que, apesar de ter avançado política, econômica e socialmente desde sua independência, há 200 anos, ainda não conseguiu entrar na locomotiva do desenvolvimento e da modernidade. É uma região onde a democracia política e as liberdades reinam de forma quase plena, mas com sinais de enfraquecimento institucional em muitos países. É uma região do mundo onde a economia se fortaleceu desde os anos 90 e onde a sociedade é mais equilibrada graças ao surgimento de várias e heterogêneas classes médias. Mas também é uma sociedade e uma economia que continuam sendo vulneráveis diante das mudanças do entorno internacional: as quedas dos preços das commodities revelam os pontos fracos de sua estrutura econômica e fazem com que amplos setores sociais possam recair na pobreza. Uma reflexão de João Pedro Brügger Martins, economista do fundo de investimentos Leme, sobre o Brasil, joga muita luz sobre este tema em escala regional: "A sensação que há lá fora é que, mais uma vez, as oportunidades passaram na nossa frente e não tiramos proveito delas, nem com o boom no preço das commodities, nem com a Copa do Mundo, e não se espera que o panorama mude com os Jogos Olímpicos do ano que vem, no Rio".

Na atual conjuntura de mudança e volatilidade do entorno econômico internacional, a região não pode deixar escapar um trem no qual, por enquanto, nem sequer entrou. Um trem que leva à modernização econômica e social e que, para entrar nele, é preciso

"São reformas que, para serem efetivas, devem partir de um amplo consenso político"

enfrentar antes grandes desafios que nascem dos males históricos dos quais a região sofre, em expressão da OCDE, e os quais não conseguiu solucionar nem nos bons nem nos maus tempos: a baixa produtividade, "besta negra", em palavras de Ángel Gurría, secretário-geral da OCDE (em duas décadas só registrou um aumento de 1,6% contra o de 3% de países como a Coreia do Sul); a desigualdade, a informalidade no emprego, que afeta 47% dos trabalhadores; a baixa arrecadação tributária que fragiliza o Estado e suas instituições; e a falta de investimentos em infraestruturas (de 2,5% do PIB contra 6% dos países asiáticos) o que aumenta substancialmente os custos de exportação.

O esforço que agora se requer segue a linha de impulsionar uma ambiciosa reforma integral. Uma mudança que afeta a institucionalidade, a política, a sociedade e a economia. São reformas que, para serem efetivas, devem partir de um amplo consenso político entre todas ou a maioria das forças políticas e sociais. Isso é fundamental para seu sucesso porque dá estabilidade e continuidade à estratégia reformista e porque lhes blinda quanto à possível resistência que possa surgir a essas mudanças. Uma resistência que vai ser muito alta devido ao enraizamento de algumas práticas sociais que se alimentam da corrupção e do clientelismo (um exemplo disso são os protestos e mobilizações contra a reforma educativa que Enrique Peña Nieto impulsiona no México).

A partir dessa base, a do consenso político-social, é de onde podem ser empreendidas essas reformas profundas e de longo prazo que busquem melhorar a qualidade institucional (um Estado mais forte –não maior– apoiado em uma pressão tributária adequada para os serviços públicos que os cidadãos reivindicam). Mudanças que ponham ênfase na diversificação de suas estruturas produtivas e impulsionem a inovação e o conhecimento, para tentar depender menos das exportações de commodities. Reformas estruturais que incentivem a produtividade e a competitividade, já que os países latino-americanos atuam em um mercado mundial cada vez mais competitivo. Combater a atual estagnação exportadora da região requer diversificar não só a economia local, mas os mercados para os quais os produtos são enviados, para evitar possíveis choques em setores concretos, como o que sofre atualmente o de petróleo. A aposta deve ser em aumentar a participação nas cadeias globais de valor para acessar os fluxos internacionais de conhecimentos e tecnologia. Além disso, é muito importante a diversificação dos mercados de exportação: unir os tradicionais (EUA e UE), não só os emergentes (Ásia), mas apostar também no comércio intrarregional, que só representa 19% do comércio total. E para conseguir isso, é indispensável apostar no investimento em infraestrutura e na construção, setores que não só geram empregos, mas constroem cadeias produtivas.

"O futuro é construído desde o presente"

O futuro é construído desde o presente. A América Latina é mais forte política, econômica, social e financeiramente que há 35 anos. Além disso, tem a qualidade necessária para entrar nos vagões que levam à modernidade. Agora só falta ter vontade política, força e coragem para encarar duras reformas que são necessárias para evitar a atual estagnação. E, além de tudo, equilibrar uma balança muito complexa: "fazer mais com menos" para ser mais eficiente nas despesas.

LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO RR.HH

Antonio Lois
Diretor de Recursos Humanos para a América Latina
alois@llorenteycuenca.com

Daniel Moreno
Gerente de Recursos Humanos para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 — planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor Geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra
Tel: + 351 21 923 97 00

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 — PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B — of. 501
Bogotá (Colombia)
Tel: +57 1 7438000

Lima

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

Quito

Catherine buelvas
Directora General
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre 1830 y Cordero
Edificio World Trade Center
Torre B - piso 11
Distrito Metropolitano de Quito
Ecuador
Tel. +593 2 2565820

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 — sala 1801
Rio de Janeiro — RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel. +55 11 3060 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes
Santiago de Chile (Chile)
Tel.: +56 2 24315441

Web corporativa
www.llorenteycuenca.com
Centro de Ideas
www.dmasillorenteycuenca.com

Revista UNO
www.revista-uno.com.br
Twitter
http://twitter.com/llorenteycuenca

YouTube
wwwyoutube.com/LLORENTEYCUENCA
LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-&-cuenca

Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca
Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA

d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias.**

www.desarrollando-ideas.com
www.revista-uno.com